

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO
DA BAHIA - CAU/BA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA BAHIA - CAU/BA

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho Federal e ao Conselho Diretor
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado da Bahia - CAU/BA
Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado da Bahia - CAU/BA ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado da Bahia - CAU/BA em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e limitação de circulação

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 2.1 e 3.2.1, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nesse sentido, o presente relatório pode não servir para outras finalidades e, portanto, sua distribuição deve ser limitada às partes familiarizadas com seus objetivos e sua base de elaboração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;



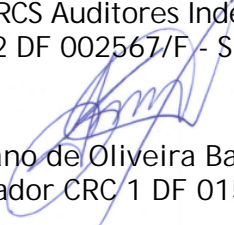
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 13 de abril de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 DF 002567/F - S - BA


Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC 1 DF 015827/O-3 - S - BA

Balço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	6.356.681,94	5.231.135,01	PASSIVO CIRCULANTE	189.469,47	171.569,32
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.137.764,32	4.127.391,16	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	112.656,89	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.213.343,35	1.100.044,82	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	5.574,27	3.699,03	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	39.323,88	42.715,51
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	659,23	526,19
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	93.304,81
	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	36.829,47	35.022,81
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	207.334,96	107.789,02	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	120.394,28	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	120.394,28	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	1.916.620,81	0,00	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	1.796.226,53	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	86.806,96	107.655,30	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	264.490,79	261.751,21		0,00	0,00
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	177.683,83	154.095,91		0,00	0,00
INTANGÍVEL	133,72	133,72		0,00	0,00
SOFTWARES	8.023,20	8.023,20		0,00	0,00
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	7.889,48	7.889,48		0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	189.469,47	171.569,32

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	6.374.547,43	5.167.354,71
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.374.547,43	5.167.354,71
TOTAL	6.564.016,90	5.338.924,03	TOTAL	6.564.016,90	5.338.924,03
ATIVO FINANCEIRO	5.137.764,32	4.127.391,16	PASSIVO FINANCEIRO	241.391,97	263.209,32
ATIVO PERMANENTE	1.426.252,58	1.211.532,87	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				6.322.624,93	5.075.714,71

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	1.058.531,50	695.149,90
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	1.058.531,50D	695.149,90D

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	4.896.372,35	3.864.181,84

CAU - BA

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado da Bahia

CNPJ: 15.158.665/0001-03

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	3.596.837,76	3.315.156,34	Despesa Orçamentária	2.614.219,93	2.701.547,06
RECEITA REALIZADA	3.596.837,76	3.315.156,34	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	39.922,50	91.640,00
RECEITA CORRENTE	3.596.837,76	3.315.156,34	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	39.323,88	42.715,51
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	1.699.315,06	1.576.571,31	CREDITO EMPENHADO – PAGO	2.534.973,55	2.567.191,55
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.699.315,06	1.576.571,31	DESPESA CORRENTE	2.532.233,97	2.567.191,55
ANUIDADES	1.699.315,06	1.576.571,31	PESSOAL	1.296.112,48	1.332.340,07
RECEITA DE SERVIÇOS	1.552.187,51	1.364.451,96	MATERIAL DE CONSUMO	28.454,95	20.453,08
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES		-109,33	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	176.573,82	214.900,22
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	7.732,41	27.111,18	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	686.969,05	577.381,64
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	1.544.151,87	1.336.490,49	ENCARGOS DIVERSOS	70.363,45	62.900,04
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	303,23	959,62	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	273.760,22	359.216,50
FINANCEIRAS	296.694,22	358.627,25	DESPESA DE CAPITAL	2.739,58	
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	62.403,36	62.251,89	INVESTIMENTOS	2.739,58	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	234.290,86	296.375,36			
MULTAS SOBRE ANUIDADES	66.120,52	80.850,96			
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	168.170,34	215.524,40			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	48.640,97	15.505,82			
MULTAS DE INFRAÇÕES	3.170,83	6.776,91			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	44.022,74	8.545,91			
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	1.447,40	183,00			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	1.303.742,02	519.224,07	Pagamentos Extraorçamentários	1.275.802,04	444.067,39
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	39.922,50	91.640,00	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	8.840,00	2.078,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	39.323,88	42.715,51	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	42.715,51	62.961,93
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	276.103,96	270.975,75	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	274.297,30	266.645,37
Outros Recebimentos Extraorçamentários	948.391,68	113.892,81	Outros Pagamentos Extraorçamentários	949.949,23	112.382,09
Saldo em espécie do Exercício Anterior	4.127.391,16	3.438.625,20	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	5.137.764,32	4.127.391,16
Caixa e Equivalente de Caixa	4.127.391,16	3.438.625,20	Caixa e Equivalente de Caixa	5.137.764,32	4.127.391,16
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr Vinculados		
Total:	9.027.970,94	7.273.005,61		9.027.786,29	7.273.005,61

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	3.377.426,00	3.516.275,02	3.596.837,76	80.562,74
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	1.640.904,00	1.789.698,00	1.699.315,06	-90.382,94
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.640.904,00	1.789.698,00	1.699.315,06	-90.382,94
ANUIDADES	1.640.904,00	1.789.698,00	1.699.315,06	-90.382,94
RECEITA DE SERVIÇOS	1.444.436,00	1.493.452,00	1.552.187,51	58.735,51
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	22.806,00	22.806,00	7.732,41	-15.073,59
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIFICADOS	0,00	2.435,00	0,00	-2.435,00
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	1.420.330,00	1.466.911,00	1.544.151,87	77.240,87
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	1.300,00	1.300,00	303,23	-996,77
FINANCEIRAS	292.086,00	202.811,02	296.694,22	93.883,20
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	49.000,00	49.000,00	62.403,36	13.403,36
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	243.086,00	153.811,02	234.290,86	80.479,84
MULTAS SOBRE ANUIDADES	68.086,00	68.086,00	66.120,52	-1.965,48
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	175.000,00	85.725,02	168.170,34	82.445,32
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	30.314,00	48.640,97	18.326,97
MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	3.170,83	3.170,83
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	30.314,00	44.022,74	13.708,74
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	0,00	1.447,40	1.447,40
RECEITA DE CAPITAL	2.260.000,00	2.560.000,00	0,00	-2.560.000,00



RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL			2.260.000,00	2.560.000,00	0,00	-2.560.000,00		
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE			2.260.000,00	2.560.000,00	0,00	-2.560.000,00		
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	0,00	0,00	0,00		
SUB-TOTAL DAS RECEITAS			5.637.426,00	6.076.275,02	3.596.837,76	-2.479.437,26		
DÉFICIT			0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL			5.637.426,00	6.076.275,02	3.596.837,76	-2.479.437,26		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPEZA CORRENTE			3.377.426,00	3.456.275,84	2.611.480,35	2.571.557,85	2.532.233,97	844.795,49
PESSOAL			1.567.222,00	1.488.764,70	1.320.522,58	1.320.522,58	1.296.112,48	168.242,12
PESSOAL E ENCARGOS			1.521.722,00	1.441.492,05	1.301.904,55	1.301.904,55	1.277.494,45	139.587,50
DIÁRIAS			45.500,00	47.272,65	18.618,03	18.618,03	18.618,03	28.654,62
MATERIAL DE CONSUMO			35.500,00	43.298,05	28.454,95	28.454,95	28.454,95	14.843,10
MATERIAL DE CONSUMO			35.500,00	43.298,05	28.454,95	28.454,95	28.454,95	14.843,10
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			242.236,00	279.692,51	178.035,56	178.035,56	176.573,82	101.656,95
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS			29.736,00	34.864,33	18.026,68	18.026,68	18.026,68	16.837,65
DIÁRIAS			212.500,00	244.828,18	160.008,88	160.008,88	158.547,14	84.819,30
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			1.131.517,00	1.241.153,07	725.343,59	700.421,09	686.969,05	515.809,48
SERVIÇOS DE CONSULTORIA			68.000,00	75.150,00	74.583,27	74.583,27	74.583,27	566,73
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO			10.000,00	10.000,00	2.312,80	2.312,80	2.180,64	7.687,20
SERVIÇOS PRESTADOS			948.517,00	992.754,07	527.548,95	502.626,45	489.306,57	465.205,12
PASSAGENS			105.000,00	163.249,00	120.898,57	120.898,57	120.898,57	42.350,43
ENCARGOS DIVERSOS			77.430,00	75.342,86	70.363,45	70.363,45	70.363,45	4.979,41
ENCARGOS DIVERSOS			77.430,00	75.342,86	70.363,45	70.363,45	70.363,45	4.979,41
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			323.521,00	328.024,65	288.760,22	273.760,22	273.760,22	39.264,43
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF			62.980,00	52.483,65	52.483,30	52.483,30	52.483,30	0,35

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO	260.541,00	275.541,00	236.276,92	221.276,92	221.276,92	39.264,08
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	2.260.000,00	2.560.000,00	2.739,58	2.739,58	2.739,58	2.557.260,42
INVESTIMENTOS	560.000,00	860.000,00	2.739,58	2.739,58	2.739,58	857.260,42
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	500.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	60.000,00	60.000,00	2.739,58	2.739,58	2.739,58	57.260,42
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.700.000,00	1.700.000,00	0,00	0,00	0,00	1.700.000,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1.700.000,00	1.700.000,00	0,00	0,00	0,00	1.700.000,00
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	0,00	59.999,18	0,00	0,00	0,00	59.999,18
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	59.999,18	0,00	0,00	0,00	59.999,18
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	5.637.426,00	6.076.275,02	2.614.219,93	2.574.297,43	2.534.973,55	3.462.055,09
SUPERÁVIT	0,00	0,00	982.617,83	0,00	0,00	-982.617,83
TOTAL	5.637.426,00	6.076.275,02	3.596.837,76	2.574.297,43	2.534.973,55	2.479.437,26

Variações Patrimoniais

VARIações PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	4.255.199,59	3.998.397,37	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	3.048.006,87	2.649.434,20
CONTRIBUIÇÕES	2.357.676,89	2.122.053,17	PESSOAL E ENCARGOS	1.321.256,63	1.341.259,66
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.357.676,89	2.122.053,17	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	1.196.941,92	1.221.610,98
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.357.676,89	2.122.053,17	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	1.196.941,92	1.221.610,98
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	1.552.187,51	1.365.063,33	BENEFÍCIOS A PESSOAL	124.314,71	119.648,68
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.552.187,51	1.365.063,33	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	124.314,71	119.648,68
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.552.187,51	1.365.063,33	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	1.028.321,00	956.830,39
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	296.694,22	358.452,83	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	28.454,95	20.931,08
JUROS E ENCARGOS DE MORA	62.403,36	62.251,89	CONSUMO DE MATERIAL	28.454,95	20.931,08
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	62.403,36	62.251,89	SERVIÇOS	976.278,13	910.072,37
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	234.290,86	296.200,94	DIARIAS	178.626,91	226.848,21
MULTAS SOBRE ANUIDADES	234.290,86	296.200,94	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	138.925,25	120.778,22
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	48.640,97	152.828,04	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	658.725,97	562.445,94
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	1.447,40	183,00	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	23.587,92	25.826,94
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	1.447,40	183,00	DEPRECIACAO	23.587,92	25.826,94
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	47.193,57	152.645,04	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	263.024,30	351.344,15
MULTAS ADMINISTRATIVAS	3.170,83	6.776,91	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	263.024,30	351.344,15
INDENIZAÇÕES	44.022,74	8.545,91	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	263.024,30	351.344,15
REVERSÃO DE PROVISÕES	0,00	136.978,07	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	424.669,02	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	344,15	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	424.669,02	0,00
			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITOS	424.669,02	0,00
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	10.735,92	0,00
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	10.735,92	0,00
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	10.735,92	0,00

Total das Variações Ativas :	4.255.199,59	3.998.397,37	Total das Variações Passivas :	3.048.006,87	2.649.434,20
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	1.207.192,72	1.348.963,17
Total	4.255.199,59	3.998.397,37	Total	4.255.199,59	3.998.397,37

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	3.596.837,76	3.315.156,34
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.699.315,06	1.576.571,31
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.699.315,06	1.576.571,31
ANUIDADES	1.699.315,06	1.576.571,31
RECEITA DE SERVIÇOS	1.552.187,51	1.364.451,96
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	0,00	-109,33
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	7.732,41	27.111,18
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	1.544.151,87	1.336.490,49
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	303,23	959,62
FINANCEIRAS	296.694,22	358.627,25
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	62.403,36	62.251,89
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	234.290,86	296.375,36
MULTAS SOBRE ANUIDADES	66.120,52	80.850,96
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	168.170,34	215.524,40
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	48.640,97	15.505,82
MULTAS DE INFRAÇÕES	3.170,83	6.776,91
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	44.022,74	8.545,91
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	1.447,40	183,00
OUTROS INGRESSOS	1.224.495,64	384.868,56
DESEMBOLSOS		
DESPESA CORRENTE	2.532.233,97	2.567.191,55
PESSOAL	1.296.112,48	1.332.340,07
MATERIAL DE CONSUMO	28.454,95	20.453,08
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	176.573,82	214.900,22
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	686.969,05	577.381,64
ENCARGOS DIVERSOS	70.363,45	62.900,04
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	273.760,22	359.216,50
OUTROS DESEMBOLSOS	1.275.802,04	444.067,39
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.013.297,39	688.765,96
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	2.739,58	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2.739,58	0,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.010.557,81	688.765,96
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	4.127.391,16	3.438.625,20
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	5.137.948,97	4.127.391,16

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia - CAU/Ba, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/Ba é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/BA. A entidade goza de isenção tributária, conforme artigo 150, inciso VI, parágrafo 2º da Constituição Federal de 1988.

O Conselho está localizado na Rua Território do Guaporé, 218 - Cep 41.830-520 - Pituba - Salvador - Bahia.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 06/18, e Portaria STN nº 877 de 18/12/2018, 8ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TSP 07, NBC TSP 11 e NBC TSP 16.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 3.4), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (Nota 3.2.1) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 3.8).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/BA procedeu a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa ao encerramento do exercício de 2017.
- b) Base de mensuração - Média aritmética ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2018.
- c) Julgamento pela aplicação - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/Ba, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/Ba segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos	Valor residual
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos de uso administrativo	8	10%
Veículos de uso da fiscalização	5	10%
Máquinas e equipamentos	5	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Biblioteca	10	0%
Utensílios de copa e cozinha	5	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/Ba procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2018.

Base de mensuração - O CAU/Ba adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações contábeis podem ser resumidos como segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA BAHIA - CAU BA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Banco com movimento	17.188	56.200
Aplicações financeiras	5.120.576	4.071.191
Total	5.137.764	4.127.391

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

	2019	2018
Créditos de anuidades do exercício	978.343	851.162
Créditos de anuidades de Exercícios anteriores	235.000	1.695.998
(-) Provisão para devedores duvidosos	-	(1.447.115)
Total	1.213.343	1.100.045

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

Os créditos de curto prazo, apresentados na tabela acima, são referentes aos valores em aberto de anuidades dos inscritos Pessoa Física e Pessoa Jurídica do Conselho de Arquitetura da Bahia, que tem previsão de recebimento até o fim do exercício de 2020, conforme previsão orçamentária para este exercício. Essa definição foi aplicada a partir do exercício de 2019, sendo o restante dos valores inadimplidos transferidos para o Longo Prazo, devido ao prazo do recebimento ser posterior ao término do exercício seguinte.

Devido ao fato acima, no exercício de 2019 foi realizada a transferência da contabilização de provisão para devedores duvidosos de exercícios anteriores, que era registrada no curto prazo, para o longo prazo, pois, os valores previstos no curto prazo deverão ser recebidos em sua totalidade conforme histórico de arrecadação previsto no orçamento de 2020. A correção se deu mediante o lançamento nº 6592 em 31/12/2019.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA BAHIA - CAU BA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

7. Demais créditos e valores a curto prazo

	2019	2018
Adiantamento Salarial	1.500	1.500
Tributos a Recuperar	232	94
Entidades públicas devedoras	1.346	672
Devedores da entidade	2.496	1.433
Total	5.574	3.699

Os saldos relacionados acima são compostos da seguinte forma:

- Adiantamento salarial registra o saldo de pagamento de adiantamento de férias para apropriação na ocorrência do fato gerador.
- Tributos a recuperar, registra os valores dos tributos que foram pagos em duplicidade sobre fatura Interline R\$94; nf 7202 Rabelo Cunha R\$16; nf 400007484 Coelba R\$122 e está em tramitação para pedido de compensação/devolução;
- Entidades públicas devedoras, registra o valor de R\$1.346 em nome do CAU/BR referente a cota parte sobre anuidades/taxas devolvidas a profissionais em virtude de pagamentos em duplicidade e/ou indevidos; e
- Devedores da entidade registra o valor de R\$5.574 referentes a juros e multas sobre darfs e/ou pagamento indevidos a fornecedores, que serão notificados para devolução.

8. Créditos a Longo Prazo

	2019	2018
Créditos de anuidades	1.916.621	-
(-) Provisão para devedores duvidosos	(1.796.227)	-
Total	120.394	-

A constituição do valor acima se deu mediante reconhecimento de anuidades a receber no longo prazo, devido a expectativa de recebimento após o término do exercício seguinte.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA BAHIA - CAU BA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

9. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

Conta	Custo	Depreciação Acumulada	2018	2019
Móveis e utensílios	144.586	(83.480)	74.121	61.106
Máquinas e equipamentos	33.677	(21.282)	12.600	12.395
Utensílios de copa e cozinha	401	(264)	173	137
Equipamentos de processamentos de dados	85.625	(72.561)	20.637	13.064
Biblioteca	203	(98)	124	105
Total	261.751	(177.684)	107.655	86.807

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

	31.12.2018	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2019
Móveis e utensílios	144.586	-	-	(83.480)	61.106
Máquinas e equipamentos	30.937	2.740	-	(21.282)	12.395
Utensílios de copa e cozinha	401	-	-	(264)	137
Equipamentos de processamentos de dados	85.625	-	-	(72.561)	13.064
Biblioteca	203	-	-	(97)	106
Total	261.751	-	-	(177.587)	86.808

O Cau/Ba ao longo de 2019, fez aquisição de novos equipamentos, fato que gerou o aumento em seu imobilizado na conta de máquinas equipamentos no valor de R\$2.740 conforme demonstramos no quadro acima.

10. Intangível

	Custo	Amortização	2019	2018
Licença uso	8.023	(7.889)	134	134
Total	8.023	(7.889)	134	134

O ativo intangível já foi completamente amortizado, o valor de R\$134 trata-se de valor residual.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA BAHIA - CAU BA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

11. Fornecedores a pagar

	2019	2018
Prestação de Serviços	4.024	-
Encargos sobre Folha de Pagamento	22.109	-
Outros Fornecedores	13.191	42.716
	39.324	42.716

12. Obrigações e Repartições a Outros

Descrição	2019	2018
CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil	659	526
	659	526

13. Provisões a Curto Prazo

Descrição	2019	2018
Férias	86.659	71.773
INSS	18.198	15.072
FGTS	6.933	5.742
PIS/PASEP	867	718
Total	112.657	93.305

Provisões de férias e encargos acumulados no exercício para pagamento e baixa em exercícios seguintes.

14. Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição	2019	2018
INSS	9.794	9.208
IRRF	19.813	19.974
ISS	2.945	2.197
IRRF/COFINS/CLSS/PIS A RECOLHER	3.136	2.513
Outros Valores Restituíveis	1.141	1.131
Total	36.829	35.023

15. Provisão para Riscos Processuais

A Entidade não possui provisão para riscos processuais, visto que, não é parte envolvida em ações processuais trabalhistas e cíveis.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA BAHIA - CAU BA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

16. Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido	2019	2018
Superávits ou Déficits do Exercício	1.207.193	1.348.963
Superávits ou Déficit Acumulado de Exercícios Anteriores	5.167.355	4.893.836
(-)Superávits ou Déficit Acumulado de Exercícios Anteriores	-	1.075.445
(=) Superávit Financeiro Apurado	6.374.547	5.167.354

17. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2019 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/Ba, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2018 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

18. Despesas por Natureza

Classificação por natureza	2019	2018
Despesas com pessoal	1.321.257	1.341.260
Despesa Uso de Materias de Consumo e Serviços	1.004.733	931.003
Depreciação e amortização	23.588	25.827
Transferências Intergovernamentais	263.024	351.344
Redução de Valor Recuperável a Ajustes para Perdas	424.669	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	10.736	-
Total	3.048.007	2.649.434

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA BAHIA - CAU BA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

19. Receita por natureza

Receita por natureza	2019	2018
Contribuições Sociais	2.357.677	2.122.053
Receita com Serviços	1.552.188	1.365.063
Receitas Financeiras	296.694	358.453
Multas de infrações	3.171	6.777
Indenizações Restituições	44.023	8.545,910
Receitas não Identificadas	1.447	183,00
Reversão de Provisão	-	136.978,070
Variação Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diver	-	344,150
Total	4.255.200	3.998.397

20. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2019	2018
Variações Patrimonial aumentativo (Receita)	4.255.200	3.998.397
(-) Variação Patrimonial diminutiva (Despesa)	(3.048.007)	(2.649.434)
(=) Superávit Patrimonial Apurado	1.207.193	1.348.963
Resultado Orçamentário	2019	2018
Receita Orçamentária Arrecadada	3.596.838	3.315.156
(-) Despesa Empenhadas	(2.614.220)	(2.696.747)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	982.618	618.409
Resultado Financeiro	2019	2018
Saldo Disponível	5.137.764	4.127.391
(-) Passivo Financeiro	(76.813)	(78.265)
(-) Restos a Pagar Não processado	(51.993)	(91.640)
(=) Superávit Financeiro Apurado	5.008.958	3.957.486

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

21. Seguros (Não auditado)

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2019, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância Segurada
Imóvel	Quaisquer danos materiais a edificações, incêndios, danos elétricos, despesas fixas, perdas ou pagamento de aluguel e roubo de bens	R\$ 401.000

22. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

23. Eventos Subsequentes

Não houve eventos significativos, que pudessem alterar as demonstrações contábeis findas em 31/12/2019.

Salvador/BA

Antonio Carlos Paim Cardoso Júnior
CRC BA nº 022118/O-5
Assessor Contábil do CAU/BA